

Metodologia para reprodução simulada dos fatos em presídios: casuística de americano

M.A.M. Silva^{a,b}, C.T.C. Jesus^a, C.A.L.S. Dias^a, J.R.A. Ferreira^a, Y.L.L. Jennings^a, J.A.
Santos^a

^a Policia Científica do Pará, Belém (PA), Brasil

^b Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Pará-IFPA, Belém (PA), Brasil

*Endereço de e-mail para correspondência: marioenea@bol.com.br. Tel.: +55-91-98070-7649.

Recebido em 21/11/2019; Revisado em 27/09/2023; Aceito em 27/09/2023

Resumo

Trata-se de um relato de experiência profissional sobre a metodologia desenvolvida na realização da primeira Reprodução Simulada dos Fatos (RSF) dentro de um complexo penitenciário, realizada no Brasil, situado em Americano, na Cidade de Santa Izabel, região metropolitana de Belém-PA. A referida RSF visou cumprir solicitação da Corregedoria Geral do Polícia Militar Estadual com o objetivo de dirimir dúvidas sobre a conduta de policiais militares envolvidos na ação de contenção de detentos, durante uma tentativa de fuga no presídio de Americano, onde ocorreu a morte de 22 detentos e de um agente penitenciário. Havia três seguimentos de pessoas envolvidas na ação e no procedimento pericial: policiais militares na condição de investigados, agentes penitenciários na condição de vítimas e testemunhas e detentos na condição de testemunhas. A metodologia desenvolvida, para o caso em questão, foi organizada em quatro etapas a saber: Análise do inquérito, Planejamento da logística de movimentação no presídio, Planejamento da Segurança e Execução da RSF. O planejamento da logística, segurança e execução teve a participação de diversos órgãos da Segurança Pública Estadual, além dos órgãos de fiscalização como Ministério Público e Ouvidoria. Nesse sentido, pensar uma metodologia específica para esta demanda, foi determinante para o efetivo sucesso do procedimento pericial solicitado, permitindo que todas as ações planejadas fossem cumpridas e que as dúvidas existentes fossem esclarecidas.

Palavras-Chave: Reprodução Simulada dos Fatos, Metodologia, Entrevista Cognitiva.

Abstract

It treats about a report of a professional experience, with regards to the methodology developed in the first Simulated Reproduction of Facts (RSF) inside a prison complex in Brazil, located in Americano, in the City of Santa Izabel, metropolitan region of Belém, PA. Thus, the referred RSF was aimed to fulfill the request of the State Military Police Office, to clarify doubts about the conduct of military police officers involved in the containment action during an attempt of escaping from the Prison complex of Americano, where 22 prisoners and 1 prison guard were killed. It is necessary to assert that there were three groups of people involved in the action and a forensic procedure: military police as suspects, prison officers as victims, witnesses and prisoners as witnesses. The methodology developed for the case in question, was organized into 4 steps, named: Survey analysis, Prison movement logistics planning, Security and Execution of RSF. Therefore, Logistics planning, security and execution planning was attended by several State Public Security agencies, as well as inspection agencies such as the Public Prosecution Service and the Ombudsman. As a matter of fact, thinking of a specific methodology for this demand was crucial to the effective success of the requested forensic procedure, allowing all planned actions to be completed and doubts to be clarified.

Keywords: Simulated Reproduction of Facts, Methodology, Cognitive Interview

1. INTRODUÇÃO

A Reprodução Simulada dos Fatos sempre é solicitada quando há dúvidas sobre a forma como uma determinada ação ocorreu, sendo seu objetivo primordial verificar a

possibilidade de um determinado evento ter ou não ocorrido da forma em que é narrado [1].

Com fulcro no artigo 7º do CPP [2], que estabelece que a RSF será solicitada para verificar a possibilidade de haver a infração sido praticada de “determinado” modo, a

Corregedoria Geral da Polícia Militar do Estado do Pará (CorGeral) solicitou os trabalhos pertinentes à realização de uma RSF, cujo intuito maior do solicitante foi a busca da verdade dos fatos à conclusão final do processo.

Tal solicitação ocorreu em decorrência de uma ação de intervenção e contenção, feita por policiais militares do Batalhão de Polícia Penitenciária da Polícia Militar do Estado do Pará (BPOP), no Complexo Penitenciário de Santa Isabel (Figura 1), por ocasião de uma tentativa de fuga. O referido complexo penitenciário está situado na Cidade de Santa Isabel, distrito de Americano, no nordeste paraense, a cerca de 60 km de Belém.

O complexo penal é composto por 10 casas penais e possui uma população carcerária de cerca de 5.855 detentos, sendo que a RSF foi realizada em duas unidades: Centro de Recuperação Penitenciária III (CRPPIII) e a Colônia Penal Agrícola (CPASI) onde funciona o regime semiaberto, locais da tentativa de fuga, que resultou na morte de 22 detentos e de 1 agente penitenciário.

O CRPPIII foi construído em 2005, à época considerado de segurança máxima. Possui capacidade para receber 432 detentos, todavia, na época da ação investigada, possuía cerca de 634 detentos, ou seja, uma superlotação da ordem de 46,7% acima de sua capacidade. O CPASI é a unidade onde funciona o regime semiaberto, possui capacidade para abrigar 622 detentos, entretanto sua população carcerária está em 1.479, o que indica uma superlotação de 137,8% a mais de sua capacidade.

Ocorre que no dia 10 de abril de dois mil e dezoito, por volta das 12h00min, teve início uma tentativa de fuga de presos nas dependências do CRPPIII, que resultou em confronto com o BPOP. Durante o confronto entre presos e policiais militares ocorreu a morte de 22 detentos e de um agente penitenciário. Dessa forma, a CorGeral oficializou ao Centro de Perícias Científica Renato Chaves o pedido de realização de RSF para esclarecer as circunstâncias do fato, buscando apurar a conduta dos policiais militares do BPOP durante a intervenção.



Figura 1. Vista aérea do Complexo Penitenciário de Santa Isabel. Foto: Oswaldo Forte/O Liberal/ <https://g1.globo.com/pa/para/noticia>.

Quando se realiza uma Reprodução Simulada dos Fatos em espaços públicos de livre acesso ou em imóveis privados, os problemas geralmente são solucionados sem grandes dificuldades, pois o controle e interdição desses locais geralmente exige ações relativamente simples. Todavia, quando esse espaço é um complexo penitenciário composto por 10 centros de reabilitação com uma extensão territorial compatível com um bairro, essas dificuldades se amplificam. Nesse sentido, para que a RSF fosse realizada, fazia-se necessário que os problemas decorrentes da natureza do espaço, que envolviam extensão e população, fossem superados (Figura 2).

Os principais problemas que se apresentaram foram diziam respeito à segurança, logística, número de pessoas envolvidas diretamente na ação, grupos de pessoas e extensão do local.

2. CONSTRUINDO A METODOLOGIA

O Complexo Penitenciário de Santa Isabel possui uma extensão territorial de cerca de 78,8 há, o que faz esse complexo ser bastante extenso, necessitando de um sistema de segurança que dê conta dessa demanda territorial.

Por se tratar da primeira RSF feita nas dependências de um complexo penitenciário de grandes dimensões no Estado do Pará, não havia nenhuma citação na literatura especializada sobre quais procedimentos deveriam ser adotados para casos semelhantes. Em busca no Google Acadêmico não foi identificado nenhuma referência a RSF realizada em presídios no Brasil anteriormente a esta. Dessa forma, para que o procedimento pericial fosse realizado foi necessário desenvolver uma metodologia que consistiu nas seguintes etapas: Análise do inquérito, Planejamento e organização da logística de movimentação, Planejamento da segurança e execução da RSF. Sendo essa fase de planejamento uma das mais importantes, uma vez que, caso estivesse mal elaborada, poderia comprometer a realização e os resultados esperados na RSF [3].

Primeiramente, foi feita a composição da equipe, composta por seis peritos criminais com experiência em reproduções simuladas, todos pertencentes ao Núcleo de Crimes Contra a Vida (NCCV),

A equipe foi dividida em três subequipes: equipe de oitivas, equipe de croquis e equipe de multimídia. Dois peritos conduziram as oitivas, entrevistando as testemunhas, investigados e vítimas, a partir das quais as simulações eram montadas, três peritos realizaram o levantamento de imagens fotográficas e em vídeos, e um perito ficou responsável pela confecção dos croquis.

Para as simulações foram convidados 30 policiais militares, lotados na Corregedoria Geral da PM, alguns

devidamente fardados para representar os PM envolvidos na ação e outros à paisana para representar os detentos acusados. Em se tratando das simulações que envolviam agentes penitenciários e detentos feridos, optou-se pela utilização de cinco manequins confeccionados exclusivamente para essa RSF (Figura 3).



Figura 2. Imagem aérea do BPOP, local de encontro e de reunião antes do início da RSF.



Figura 3. Manequins confeccionados para a RSF de Americano- Fonte: arquivo da RSF.

Considera-se que a utilização de civis sem vínculo funcional com o poder público, alunos de instituições de ensino entre outros, em RSF seja bastante temerária, uma vez que sua realização envolve riscos. Portanto, em todas as RSF realizadas no Pará pela equipe do NCCV só participam como atores e atrizes, funcionários públicos ligados aos órgãos de segurança pública, pois caso ocorra algum acidente durante as atividades os funcionários estão devidamente segurados pelo Estado. Há de se considerar ainda, o sigilo das oitivas das testemunhas, vítimas e réus que precisa ser assegurado.

No caso em questão, os riscos eram grandes, de modo que esse princípio foi completamente aplicado, não sendo permitida a entrada nem circulação de nenhum civil não autorizado previamente pela equipe de segurança (Figura 4).

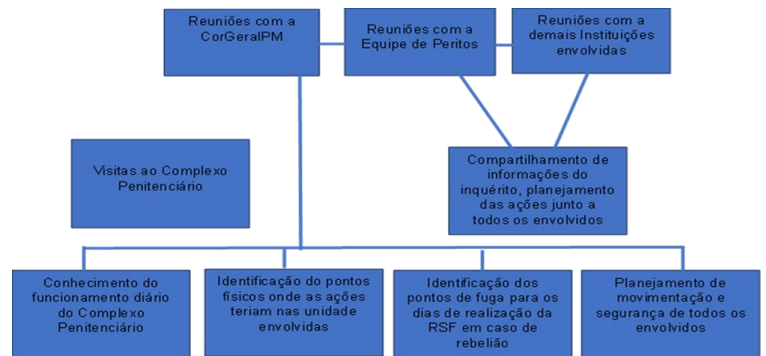


Figura 4. Esquema gráfico da organização e planejamento das ações de preparação da RSF no Complexo penitenciário de Americano.

2.1. Análise do inquérito

A etapa de análise do inquérito que, no caso em questão, foi montado pela corregedoria geral da polícia militar, solicitante da RSF, foi realizada *pari passu* à juntada de documentos no inquérito. Ao passo que os depoimentos eram concluídos e os laudos periciais eram liberados, reunia-se a equipe para discutir questões centrais relativas à participação dos policiais militares, dos agentes penitenciários e dos detentos. Dada a urgência na apuração, os depoimentos e demais documentos eram repassados a equipe pericial cotidianamente.

Durante a análise do inquérito foi feita a identificação das teses apresentadas pelas partes envolvidas. De acordo com a tese apresentada pelos policiais militares investigados, no dia 10 de abril de 2018, por volta das 12h00min, houve uma explosão no solário do bloco C do CRPPIII. Após a explosão, vários detentos empreenderam fuga através da abertura feita no muro e, durante a fuga, houve apoio logístico de presos do CPASI. Os detentos arrolados como testemunhas apresentaram uma tese de que policiais militares atiraram contra os detentos, invadiram as dependências do CRPPIII e efetuaram disparos de arma de fogo contra os presos que estavam dentro de suas celas. Os agentes penitenciários relataram que, durante retirada de detentos para o almoço, foram rendidos, torturados e utilizados como escudo humano para facilitar a fuga.

Diante das teses apresentadas, montou-se uma estratégia de oitiva das partes envolvidas. A RSF foi realizada em quatro dias, divididos em dois blocos com dois dias cada. Assim sendo, optou-se por separar os seguimentos envolvidos em dois dias consecutivos para oitiva com os policiais militares, um dia para oitiva dos agentes penitenciários e um dia para oitiva dos detentos. Foram planejadas também simulações para verificar amplitude das explosões, e se seria possível ou não ser escutado na sede do BPOP.

2.2. Características das unidades e planejamento da logística de movimentação

A RSF foi realizada nas dependências de duas unidades com características de segurança completamente diferentes. Uma com detentos em regime fechado e outra em regime semiaberto. As respectivas unidades ficavam localizadas na porção posterior do complexo, próximos a uma mata que circunda o presídio e posicionadas lateralmente uma à outra.

O CRPPIII que funciona em regime fechado, possui três blocos (A, B e C), todos com solário e uma população de cerca de 634 detentos. Possui apenas uma entrada frontal e está cercada por dois níveis de cerca de alambrado não eletrificados.

A ação de tentativa de fuga ocorreu, exatamente nas dependências do CRPPIII, de forma articulada com detentos no interior da carceragem, fortemente armados e portando explosivos nos blocos B e C; todavia, devido à queda de águas pluviais no momento, o explosivo do bloco B não explodiu, tendo ocorrido explosão e fuga somente no solário do bloco C.

O CPASI funciona em regime semiaberto, possui uma guarita de entrada, todavia, não possuía nenhum tipo de muro divisor entre as demais unidades e oferecia condições favoráveis para os detentos circularem livremente bem como para poder sair e voltar a qualquer tempo do complexo sem serem percebidos (Figura 5).

Foram exatamente as condições de fragilidade de segurança do semiaberto que permitiram que do interior do CPASI outros detentos efetuassem disparos de arma de fogo contra as guaritas para facilitar a fuga do CRPPIII.

No CAPSI não foi possível realizar simulações dentro da carceragem por dois fatores, primeiramente porque não havia detentos do semiaberto arrolados no inquérito como testemunhas, que pudessem dar seus depoimentos sobre a movimentação nas respectivas dependências do semiaberto. Em segundo lugar, por ser um local completamente aberto, onde os detentos ficam soltos circulando livremente, o que oferecia riscos as testemunhas e aos demais participantes. Por isso, no CPASI as simulações ficaram restritas aos depoimentos dos agentes penitenciários que presenciaram a ação



Figura 5. Local de apoio de segurança, resgate e logístico no CAPSI.

As viaturas do Batalhão de Choque e resgate do Corpo de Bombeiros Militar ficaram estacionadas na entrada do CPASI durante a etapa realizada nesse espaço (Figura 6).

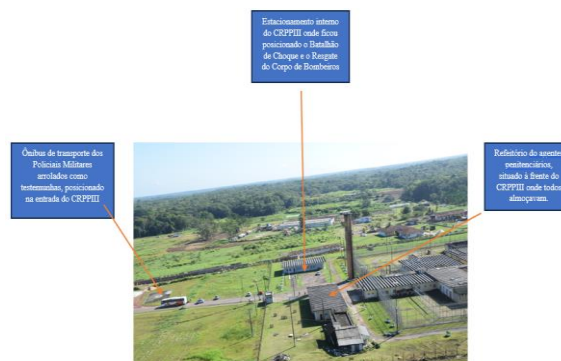


Figura 6. Descrição da logística de apoio do Batalhão de Choque, Corpo de Bombeiros e Corregedoria na entrada do CRPPIII.

As equipes de segurança, apoio logístico e de resgate movimentavam-se em conformidade com o andamento dos trabalhos periciais, posicionando-se sempre na entrada de acesso aos espaços utilizados na RSF (Figura 7).



Figura 7. CRPPIII à esquerda e CPASI à direita/ Fonte: arquivo da RSF.

Houve a necessidade de realizar reuniões com os órgãos envolvidos na apuração tendo a participação do Centro de Perícias Científicas Renato Chaves, Corregedoria Geral da Polícia Militar, Ouvidoria da Segurança Pública do Estado, Ministério Público Estadual e Superintendência do Sistema Penitenciário, bem como, contou com a participação de órgãos convidados para dar apoio logístico e de segurança como Corpo de Bombeiros Militar, Companhia de Operações Especiais da Polícia Militar (COE), Batalhão de Choque da Polícia Militar, Grupamento Aéreo de Segurança Pública do Pará (GRAESP). Tais reuniões foram necessárias e indispensáveis para que fosse alinhado os procedimentos jurídicos, logísticos, de segurança e de garantia de direitos.

A logística de movimentação e de segurança foi

desenvolvida tendo como ponto de partida a realização de visitas ao complexo penitenciário. Tais visitas eram agendadas previamente, sendo articuladas apenas com a CorGeral e com o serviço de inteligência do Presídio. Durante as visitas, foram visitadas todas as unidades do complexo penitenciário, a partir da qual, conseguia-se identificar a rotina diária das diferentes unidades, e a partir desse ponto, planejar o deslocamento dos envolvidos, identificar pontos de fragilidade, separar pontos de apoio para socorro médico e estabelecer possíveis pontos de apoio com alimentação entre outros aspectos.

Foi a partir dessas visitas, guiadas pela equipe de inteligência e da gestão do presídio que foi possível organizar toda a movimentação de todos os participantes, definindo-se horário de chegada de cada equipe, ponto de encontro e como cada equipe deveria se deslocar.

2.3. Segurança

Quando se trata de uma unidade prisional, cada uma tem sua própria rotina e essa rotina deve ser o ponto de partida para se pensar as questões relacionadas à segurança. Todavia, no caso em tela, há algumas características que podem servir de base para o planejamento de casos semelhantes.

Antes do início das atividades era montado e distribuído as equipes de segurança que adentravam aos espaços antes da chegada da equipe de peritos, uma Unidade de Atendimento de Urgência e Emergência Móvel pelo Corpo de Bombeiros Militar do Estado, uma base de apoio com água e alimentação e eram estabelecidas as possíveis rotas de fuga para casos de saída emergencial do complexo, em caso de rebelião.

O serviço de inteligência do presídio ficou responsável de organizar o planejamento de segurança, estabelecendo a forma de deslocamento do comboio, pontos de apoio logístico, os locais onde o GRAESP faria seu pouso e decolagem, posicionamento do Batalhão de Choque e posicionamento do resgate do Corpo de Bombeiros Militar.

Quando se envolve mais de um seguimento, por exemplo, policiais militares, agentes penitenciários e detentos, é necessário que cada um desses grupos seja ouvido separadamente. Isso garante a segurança deles e de toda a equipe envolvida. Outro aspecto a ser considerado diz respeito às rotinas específicas de cada casa penal. Não se pode interferir, por exemplo, em horário de almoço e dia de visita íntima, pois pode causar revolta entre os presos e inviabilizar completamente a realização do procedimento.

Como a RSF foi realizada nas dependências de duas unidades penais completamente distintas, a segurança foi pensada a partir dessas peculiaridades.

No CRPPIII a RSF precisava ser feita dentro da carceragem, no solário e na área externa ao solário, o que exigiu três tipos de movimentação diferentes. Dentro da carceragem considerou-se que o início dos trabalhos deveria ser feito no momento em que os detentos estivessem no seu banho de sol. Cada um desses passos foi articulado, previamente, com a direção da SUSIPE, com o COE, GRAESP e com o CHOQUE.

Toda a movimentação de entrada e saída dos peritos, das testemunhas, vítimas e investigados foi realizada a partir de um protocolo criado para essa ação, que consistiu na transferência para outro local seguro, entrada prévia de uma equipe do choque, responsável por fazer a primeira vistoria de segurança. Posteriormente uma equipe do COE adentrava na frente da equipe de peritos com a testemunha, que seria ouvida naquele momento e, uma segunda equipe do COE seguia atrás da referida equipe. Paralelamente, a equipe de inteligência dentro do presídio monitorava o comportamento dos presos.

Por se tratar de um presídio não foi possível utilizar Drone, o que exigiria que as torres de bloqueio do sinal fossem desligadas. Por isso, optou-se pela utilização de helicópteros do GRAESP, que - além de auxiliar na segurança- permitiu que fossem feitas tomadas áreas durante os trabalhos.

A entrada e saída de cada participante era individual, eles ficavam separados, todavia acompanhados de seus respectivos advogados de defesa até o início dos trabalhos. No momento em que as ações da RSF iniciavam, os advogados, seguindo a orientação prévia, retiravam-se da cena e acompanhavam à distância. Todos os procedimentos foram realizados na presença de integrantes do Ministério Público Estadual, como forma de garantir que todas as prerrogativas legais estavam sendo cumpridas, evitando-se dessa forma um possível pedido de anulação da prova pericial produzida.

Os envolvidos eram conduzidos sempre por um perito criminal responsável especificamente por essas conduções e utilizava balaclava para resguardar a sua identidade.

2.4. Execução

A partir do momento em que todos os passos foram planejados, e que não havia nenhuma dúvida sobre a participação de cada um dos órgãos envolvidos, a RSF transcorreu com normalidade.

Durante os trabalhos, foi estabelecido que seriam realizadas pausas para alimentação e pausas para a equipe reunir com os órgãos envolvidos, momento em que se fazia um *briefing*, a partir do qual podia se manter ou alterar determinadas decisões previstas anteriormente.

Nos dias em que a RSF foi realizada, informava-se sempre aos participantes da importância de cada parte prestar seus depoimentos, como forma de garantir o

contraditório, bem como, da oportunidade de se dirimir as dúvidas ainda existentes sobre a participação de cada um dos seguimentos envolvidos.

Todos eram informados sobre a opção de participarem ou não da RSF, bem como eram solicitados a manifestar publicamente se participariam ou não por livre e espontânea vontade. Todas as entrevistas foram gravadas em equipamento profissional e filmadas com posterior transcrição dos áudios pelo perito relator do caso.

3. MODELO DE ENTREVISTA UTILIZADO

Todos os elementos identificados e levantados durante a realização de uma RSF passam por um processo de cotejo com as demais informações que compõem o inquérito policial. Nesse contexto, a forma e os meios pelos quais as oitivas são coletadas são de grande valia.

As oitivas em RSF são, fundamentalmente, realizadas através da coleta de dados por meio do testemunho pessoal que posteriormente será confrontado com os demais achados periciais. Portanto, um depoimento pode ou não condizer com a verdade real dos fatos.

Na tentativa de se extrair depoimentos mais próximos do que realmente aconteceu, foi utilizada como método de entrevista a perspectiva da psicologia cognitiva, cujo fundamento do método reside em estruturar a entrevista para ser mais compatível com a forma como o cérebro recupera memórias, “PEACE” [4], o qual foi desenvolvido na Inglaterra em 1993, na tentativa de superar os métodos de entrevista policial desenvolvidos anteriormente nos EUA e está dividido em cinco etapas: Planejar e Preparar, Engajar e Explicar, Relatar, Fechar e Avaliar. Sendo esse modelo uma alternativa um pouco mais ética nas entrevistas investigativas [4]. Esse modelo de entrevista tem sido apontado como bastante eficaz, sendo utilizado por policiais de diversos países e em testemunhas de diferentes faixas etárias como crianças, adultos e idosos, independente do intervalo de tempo transcorrido desde a ocorrência do evento [5]. Cabe destacar, que no caso em questão não foi aplicado um questionário PEACE com perguntas fechadas, haja vista a dinâmica de uma RSF. O que foi utilizado foram os princípios que estruturam esse modelo de entrevista. Uma RSF é muito dinâmica e apesar de se definir, previamente, quais questões seriam abordadas, novas informações sempre surgem e conseqüentemente novas perguntas, em decorrência da recuperação de memórias.

No início das entrevistas solicitava-se que o entrevistado contasse sua versão dos fatos de forma livre, sem nenhuma interrupção. Nesse momento, não se faz questionamentos, permite-se que o entrevistado faça sua narrativa de forma espontânea, solicitando-se, apenas, que descreva a maior quantidade de detalhes possíveis. Após a primeira narrativa, inicia-se o momento em que os fatos

narrados e descritos serão simulados utilizando-se, na medida do possível, as mesmas condições e características descritas, fase esta onde os questionamentos serão realizados.

É durante a segunda narrativa, que os fatos apresentados no inquérito e na primeira oitiva serão confrontados a partir de simulações *in loco*.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A metodologia descrita e utilizada durante o procedimento pericial de Reprodução Simulada dos Fatos no caso de Americano, apresentou-se bastante eficaz e as situações omissas que ocorriam no decorrer do procedimento eram ajustadas à medida que surgiam.

Não ocorreu nenhuma intercorrência, as estratégias de segurança aplicadas foram eficientes, a logística de movimentação dos participantes permitiu que todas as etapas fossem plenamente cumpridas como planejado.

Direitos fundamentais foram respeitados e o objetivo central, que consistiu em verificar a possibilidade de o fato ter ocorrido como descrito pelos investigados, foi alcançado.

Foi possível preencher as lacunas existentes e sanar as dúvidas sobre a atuação da PM durante a tentativa de fuga, considerando-se as oitivas das demais partes envolvidas em confronto com os achados periciais e depoimentos que constavam no inquérito.

Experiências como a de Americano podem trazer avanços tecnológicos e conceituais sobre as diferentes formas de fazer RSF em diferentes contextos, permitindo o crescimento das ciências forenses no Brasil. Por se tratar de uma experiência inédita, os aprendizados adquiridos podem subsidiar e fomentar ações futuras, auxiliando peritos a refletirem sobre a RSF em casas penais pelo país a fora.

A realização de um procedimento pericial dessa proporção só ocorre se a equipe pericial estiver em completa sinergia entre si e com os demais órgãos públicos envolvidos.

AGRADECIMENTOS

A Polícia Científica do estado do Pará, aos Peritos Criminais do Núcleo de Crimes Contra a Vida da divisão de homicídios em Belém pelo incansável e incondicional apoio em todas as etapas, à CorGeral da PM por todo o apoio logístico, ao MP pelo acompanhamento em todas as etapas de planejamento e execução do procedimento e, aos demais órgãos de segurança pública do Estado do Pará, que não mediram esforços para que esse procedimento pericial fosse realizado com êxito.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- [1] A.B. Reis, *Metodologia Científica e Perícia Criminal*, Millennium, Brasil, 2006.
- [2] Brasil, Código de Processo Penal, 1941.
- [3] A. Espindula; A.T. Bruni; J.A. Velho, *Locais de crime: dos vestígios à dinâmica criminosa*, Millennium, Brasil, 2006, 486-510.
- [4]. G. Ambrosio, Psicologia do testemunho: técnicas de entrevista cognitiva. *Rev. TRT da 15ª região*, **46**: 31-51, 2015.
- [5] R. M. Paulo; P. B. Albuquerque; R. A. Bull, A entrevista Cognitiva Melhorada: Pressupostos teóricos, investigação e aplicação. *Rev. da Associação Portuguesa de Psicologia* **28(2)**, 21-31, 2014.